

RECURSO ESPECIAL Nº 1.853.675 - PR (2019/0363700-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOAQUIM MIRO - PR015181
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
CARLA COSTA CARNEIRO DA SILVEIRA - RJ219942
RECORRIDO : MEDIANEIRA DO ROCIO FABRI
ADVOGADO : JOSÉ ARI MATOS - PR022524

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 QUE NÃO SE VERIFICA. CRÉDITO RECONHECIDO POSTERIORMENTE À FORMULAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. DANO OCORRIDO ANTERIORMENTE AO REQUERIMENTO. SUJEIÇÃO DA OBRIGAÇÃO À DISCIPLINA DA LEI Nº 11.101/05 E SEUS EFEITOS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE.

DECISÃO

Da leitura do instrumento do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que MEDIANEIRA DO ROCIO FABRI (MEDIANEIRA) ajuizou ação de adimplemento contratual contra OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI S.A.), objetivando diferencial acionário da sobra acionária, julgada procedente.

Em fase de cumprimento de sentença, o Juízo de 1º Grau reconheceu que o crédito perseguido se sujeita à recuperação judicial, porquanto constituído antes de 20/6/2016.

Contra essa decisão interlocutória, MEDIANEIRA interpôs agravo de instrumento, no qual sustentou que o crédito é extraconcursal, não sujeito ao plano de recuperação judicial.

O TJPR deu provimento ao agravo de instrumento, nos termos do acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL.

DECISÃO QUE CONCLUIU QUE O CRÉDITO ESTÁ INCLUÍDO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NÃO SE ENQUADRANDO COMO CRÉDITO EXTRACONCURSAL. INSURGÊNCIA. CRÉDITO CONSTITUÍDO APÓS DA DATA DE 20.06.2016. CRÉDITO EXTRACONCURSAL NÃO SUJEITO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETERMINA QUE, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, DEVE SER EXPEDIDO OFÍCIO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMUNICANDO A NECESSIDADE DE PAGAMENTO DO CRÉDITO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO ATÉ A LIQUIDAÇÃO DO VALOR. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (e-STJ, fl. 908).

Os embargos de declaração opostos por OI S.A. foram rejeitados (e-STJ, fls. 949/952).

Inconformada, OI S.A. interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando violação dos seguintes dispositivos legais (1) art. 1.022 do NCPC, por reputar que o acórdão recorrido foi omissivo quanto ao critério para aferir a concursalidade do crédito; e (2) arts. 6º, 49 e 59 da Lei nº 11.101/05, sob o argumento de que mesmo que o crédito seja reconhecido em data posterior ao ajuizamento da recuperação judicial, se o fato gerador for anterior, deverá ser submetido à recuperação.

Não apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 1.032), o apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fls. 1.035/1.036).

O Ministério Público opinou pelo parcial provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 1.050/1.052).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso especial ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada omissão

OI S.A. sustentou que o acórdão recorrido foi omissivo quanto ao critério para aferir a concursalidade do crédito.

A Corte estadual, ao apreciar a matéria, assim decidiu:

Veja-se que o acórdão foi claro no que se refere a natureza do crédito no presente feito, colacionando, inclusive, jurisprudência recente deste Tribunal para embasar seu posicionamento:

No caso dos autos, o trânsito em julgado após a decisão proferida por este Tribunal que manteve a inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário em 20.03.2017 (mov.1.42), sendo o crédito constituído após 20.06.2016, tratando-se de crédito extraconcursal, não sujeito à recuperação judicial (e-STJ, fl. 951).

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 1.022 do NCPC, quais sejam, omissão, contradição ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local.

(2) Da natureza do crédito

O acórdão recorrido decidiu de forma divergente da jurisprudência desta egrégia Corte Superior no sentido de que o crédito, resultante de evento anterior à formulação do pedido de recuperação judicial, se submete ao correspondente regramento empresarial, conforme os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/2005. SENTENÇA POSTERIOR IRRELEVANTE. PRECEDENTES.

1. "Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente." 2. "Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora." - (REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.739.988/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 29/4/2019, DJe 2/5/2019)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO

VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.

1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018.

2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente.

5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 15/5/2018, DJe 18/5/2018)

Nessas condições, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial para determinar a sujeição do crédito ora discutido a disciplina e efeitos da recuperação judicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator